

Povos e comunidades tradicionais já mostram, na prática, como enfrentar a crise do clima



Os povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultoras e agricultores familiares são verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade. Há gerações, protegem florestas, rios, mares e outros ecossistemas essenciais para o equilíbrio do planeta. Têm papel fundamental na defesa da natureza e no enfrentamento das mudanças climáticas.

Por meio de suas práticas e saberes tradicionais, estes povos enfrentam a crise do clima e contribuem diariamente para garantir a vida na terra.

A defesa de direitos humanos por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais é meio para assegurar a manutenção de suas culturas ou mesmo a sobrevivência desses coletivos. No entanto, a proteção do planeta não beneficia apenas os povos, mas o conjunto da sociedade.

Sobre as comunidades locais

No Brasil costumamos falar em povos e comunidades tradicionais. Nas negociações climáticas, o termo utilizado é o de comunidades locais. Presentes em todas as regiões do planeta, as comunidades locais mantêm modos de vida coletivos e interdependentes com a natureza, baseados em quatro critérios:

- História e propósito comum.
- Identidade e reconhecimento mútuo.
- Gestão coletiva e contínua do território, em equilíbrio com a natureza.
- Governança própria, com regras e responsabilidades compartilhadas.



Em qualquer conversa com povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais é possível identificar práticas de enfrentamento da crise climática. **São ações sustentadas nos conhecimentos tradicionais que protegem a biodiversidade e buscam reduzir e mesmo reverter os danos da exploração desenfreada do meio ambiente pela ação humana.**

Aqui a gente conta algumas destas práticas.

No Cerrado

Conhecido como “berço das águas” por abrigar 8 das 12 principais bacias hidrográficas do país, o Cerrado sofre com a escassez hídrica. Pela ação das apanhadoras de flores da Serra do Espinhaço (MG) a recuperação de nascentes, o reflorestamento e a proteção ambiental são caminhos percorridos pelas comunidades enquanto as medidas de governo não têm sido capazes de mudar o contexto de crise.

Para isso as comunidades plantam espécies como o ingá nas áreas secas que contribuem para “preservar a água”, como os apanhadores dizem.

Além disso, a prática tradicional da panha das flores é orientada por um cuidadoso manejo do bioma, que



Foto: Valda Nogueira/ Codeces

considera o período de chuva, de germinação, entre outros.

O cuidado com os quintais agroecológicos e o manejo das ervas medicinais para cura é também uma resposta das apanhadoras à crise climática.

Na Mata Atlântica

A Comunidade Tradicional da Vila das Peças, no litoral do Paraná, tem sua vida e dinâmica baseada na preservação do meio ambiente. A pesca artesanal é uma das principais fontes de renda dos caiçaras. E, a partir do conhecimento passado de geração para geração, a comunidade sabe o momento de pescar, o momento de aguardar a reprodução dos peixes e a quantidade certa para não gerar impactos à natureza. Além disso, há a prática do extrativismo para produção de artesanato.

E lendas contadas pelos mais velhos, como a da “Velha do Mangue” ou do “Pai das Matas”, ensinam sobre a preser-



Foto: Lizely Borges

vação da natureza. As histórias contam sobre o ser humano não poder caçar ou pescar em determinados períodos, para respeitar o tempo da natureza.

Na Amazônia

Já a Comunidade Quilombola de Saracura busca resgatar as sementes crioulas como meio de proteção da biodiversidade e rejeição ao modelo de produção com agrotóxicos. Os conhecimentos das anciãs e anciões da comunidade localizada em Santarém (PA) são repassados para os mais novos. Com isso, além da tradição da guarda das sementes, a comunidade reúne uma boa quantidade para partilha com as demais comunidades quilombolas.



Foto: Thais Eigenmann



- Apenas **3% do desmatamento da Amazônia** ocorreu em territórios indígenas entre 2012-2024 (Imazon)

- Enquanto o desmatamento nos territórios indígenas na Amazônia **foi de 1.74%**, em outras áreas a **perda foi de 27%** da vegetação natural (ISA).



- Territórios quilombolas titulados apresentam 3,2% de taxa de desmatamento nos últimos 38 anos, enquanto em áreas privadas a perda foi de 17% no mesmo período. (ISA).

Por outro lado, o agronegócio intensifica a crise



No avanço das atividades do agronegócio - inclusive sob os territórios tradicionais - o setor vai deixando um rastro de destruição para toda a sociedade:

- **74% das emissões de gases de efeito estufa** do país estão relacionadas ao agronegócio. E o estado do Pará é o com índice de emissão de GEE (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa)
- A agropecuária foi responsável por mais de **97% da perda de vegetação nativa** no Brasil nos últimos seis anos (MapBiomas)
- Entre 1985 e 2023, a **área de pastagem expandiu 79%**, e a **agricultura cresceu 228%**. Só o plano de soja passou de 4,5 milhões de hectares em 1985 para 39,4 milhões em 2022 (Mapbiomas).



Ao ser responsável por mais de dois terços das emissões totais, o desmatamento provocado pela agricultura e a pecuária, o uso de fertilizantes sintéticos e os gases emitidos da pecuária (fermentação entérica do gado, popularmente conhecida como "aroto do boi"), o agronegócio é o grande propulsor da crise climática.



Quais são os caminhos para uma ação climática com justiça territorial e direitos humanos?

Enfrentar a crise climática exige proteger territórios e garantir autonomia aos povos que os mantêm vivos. Povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultoras/es familiares são reconhecidos, no âmbito da UNFCCC, como “povos indígenas e comunidades locais (IPLCs)”, e seus modos de vida são soluções climáticas reais. Garantir terra, território e participação social efetiva é agir sobre as causas da crise climática, e não apenas sobre seus efeitos.

Mitigação com justiça territorial

As políticas de reconhecimento e segurança jurídica da posse e propriedade da terra de povos indígenas e comunidades locais devem ser tratadas como medidas estruturantes de mitigação e conservação de sumidouros de carbono. Essas ações podem integrar as estratégias nacionais de mitigação e os planos de implementação climática como indicadores de integridade territorial e ambiental.

Adaptação com indicadores de território

No contexto do Objetivo Global de Adaptação (GGA), é essencial adotar indicadores sensíveis ao território e à equidade, que expressem a segurança da posse da terra, a proteção legal de áreas e o fortalecimento de sistemas tradicionais de manejo, com protagonismo das mulheres. Adaptar-se é garantir território, cultura e vida.

Financiamento para a justiça climática

O financiamento climático internacional deve priorizar territórios e comunidades que protegem ecossistemas, evitando falsas soluções de mercado e a concentração de benefícios. Os países historicamente responsáveis pela crise climática devem assumir sua dívida ecológica, garantindo financiamento público e baseado em doações — sem gerar endividamento dos países do Sul Global.

Transição justa e direitos humanos

Em Bonn 2025, as Partes avançaram no Programa de Trabalho sobre Transição Justa (JTWP), reafirmando equidade, direitos humanos e participação social efetiva como fundamentos centrais. Na COP30, é essencial transformar esses princípios em ações concretas, com indicadores, diretrizes e critérios de priorização territorial, garantindo que a transição justa seja popular, territorial e antirracista, e não apenas energética.



Descrição da Organização

A Terra de Direitos é uma organização da sociedade civil, apartidária e sem fins lucrativos, dedicada à defesa dos direitos humanos. Desde 2002, atua na defesa, promoção e efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais.

terradedireitos.org.br/COP30

